



Análise da patente como fonte de informação na mídia impressa¹

Jéssica Palácio ARRAES²

Fabício José MAZOCCO³

Centro Universitário de Araraquara, Araraquara, SP

RESUMO

A patente é uma importante fonte de informação tecnológica, porém ainda pouco utilizada no setor empresarial. A patente também pode ser entendida como importante fonte de informação jornalística: é patenteável a invenção que atenda aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial. Pretende-se avaliar o quanto as patentes vêm sendo utilizadas como fonte de material jornalístico através de pesquisa descritiva tendo como objetos dois jornais, a *Folha de S. Paulo* e o *Estado de S. Paulo*. Os resultados deverão contribuir para os estudos na área de Comunicação, Jornalismo, bem como o fenômeno científico-tecnológico no Brasil atual.

PALAVRAS-CHAVE: Patentes, Divulgação Científica, Ciência e Tecnologia, Mídia, Jornalismo.

Introdução

O Brasil vem a cada ano aumentando a sua participação na produção científica mundial. Dados divulgados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)⁴ (2008) mostram que em 2007 o país manteve a 15ª posição no ranking dos países com maior produção de artigos científicos do mundo, com a publicação de 19.428 artigos, o equivalente a 2,02 % de toda a produção. Para efeito de comparação, em 2002, o Brasil ocupava o 20º lugar e, em 2005, a 17ª posição. Por outro lado, as patentes não vêm seguindo o mesmo ritmo.

Dados divulgados por Marques (2006) mostram que entre os 20 primeiros colocados na lista dos maiores depositantes de pedidos de patente junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi) entre 1999 e 2003, oito são instituições

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 03 a 05 de julho de 2013.

² Estudante de Graduação 7º semestre de Jornalismo da UNIARA, bolsista de Iniciação Científica Pibic CNPq. email: jessica-plc@hotmail.com.

³ Mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade pela UFSCar, doutorando em Ciência Política pela UFSCar e docente do curso de Jornalismo da UNIARA. email: fabriciomazocco@gmail.com.

⁴ Material apresentado pela CAPES, em sua sede em Brasília (DF), em 8 de julho de 2008.



públicas. Em primeiro está a Universidade de Campinas (Unicamp). A Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de São Paulo (Fapesp)⁵ está em 7º lugar e é o órgão de fomento mais bem colocado no *ranking*. Outras universidades também figuram na lista, como a Federal de Minas Gerais (UFMG), em 10º lugar, a Universidade de São Paulo (USP), em 12º, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em 16º, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em 17º, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 18º, e a Universidade Estadual Paulista (Unesp), em 19º.

Um estudo divulgado pelo Inpi⁶ (2011) aponta que entre 2004 e 2008 o Brasil teve um total de 39.710 pedidos de patente com prioridade brasileira. No estudo realizado no período nota-se a permanência de universidades entre os dez principais depositantes de pedidos de patentes no Brasil, como Unicamp, em 2º lugar, USP, em 3º, UFMG, em 5º, e UFRJ, em 6º. Em primeiro lugar aparece a Petrobras, com 388 pedidos de patente com prioridade brasileira.

Diante desse cenário, várias ações vêm sendo realizadas para fomentar a transferência de tecnologia, ou seja, a inovação tecnológica no Brasil. Para isso, faz-se necessário que o conhecimento que vem sendo produzido nos laboratórios seja amplamente divulgado para a sociedade visando não só o acesso às informações sobre ciência e tecnologia, um dos mecanismos que pode contribuir para a formação de uma cultura científica (OLIVEIRA, 2002), como também como fonte de informação para o setor produtivo efetivar o ciclo da transferência tecnológica.

Informação e tecnologia

Dias e Beluzzo (2003) definem a informação tecnológica como todo tipo de conhecimento relacionado com o modo de fazer um produto ou prestar um serviço, tendo como objetivo a sua colocação no mercado. Para as autoras, a divulgação deste tipo de informação, além de agregar valor ao produto, passam, cada vez mais, a integrar-se às inovações dos meios de comunicação.

⁵ No período analisado os órgãos de fomento à pesquisa, como é o caso da Fapesp e do CNPq, exigiam a titularidade do invento no depósito de pedido de patente quando participam de alguma forma por meio de aporte financeiro, já que esses órgãos não fazem diretamente pesquisa e sim as financiam. Atualmente, os órgãos não fazem mais essa exigência.

⁶ Fonte: http://www.inpi.gov.br/images/stories/downloads/patentes/pdf/Principais_Titulares_julho_2011.pdf. Acesso em 08/11/2012.



Para Valério e Bazzo (2006), a divulgação da ciência e da tecnologia, inserida no âmbito social através de uma ampla gama de meios de comunicação, faculta a si própria a possibilidade de atingir os mais diversos públicos, além da capacidade de fomentar a devida reflexão sobre os impactos sociais de C&T.

A patente⁷ é um “título de propriedade temporária sobre uma invenção ou modelo de utilidade, outorgado pelo Estado aos inventores ou autores ou outras pessoas físicas ou jurídicas detentoras de direitos sobre a criação”. Ela é uma importante fonte de informação tecnológica, porém ainda pouco utilizada no setor empresarial. De acordo com o documento Pesquisa de Inovação Tecnológica 2005 (FINEP/IBGE, 2007), no período de 2003-2005, as patentes, incluídas no grupo junto à aquisição de licenças e *know-how*, representaram apenas 5,9% das fontes utilizadas pelas indústrias quando o assunto é inovação. Nas fontes mais procuradas estão áreas internas à empresa (64,6%) e fornecedores (63,8%). Até mesmo nas empresas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a fonte mais valorizada é a própria pesquisa desenvolvida internamente (92,7%). Nesse tipo de empresa pesquisada, aquisição de licenças, patentes e *know-how* representaram apenas 7,3% das fontes de informação. Vale ressaltar, porém, que comparando ao período anterior, a categoria que inclui patentes como fonte de informação para a inovação tecnológica foi a que obteve um dos aumentos mais expressivos (de 2,9% para 5,9%).

Além de importante fonte de informação tecnológica, a patente também pode entendida como importante fonte de informação jornalística. A Lei nº 9.279 de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, incluindo a concessão de patentes de invenção e de modelo de utilidade, determina em seu artigo 8º que “é patenteável a invenção que atenda aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial.”

Para Corrêa e Gomes (2007) o documento de patente se apresenta como uma ferramenta indispensável para o desenvolvimento de um país. Araújo (1981) enumera itens que são possíveis graças ao documento de patente. Entre eles estão a identificação de tecnologias emergentes; a identificação de tecnologias alternativas; a identificação dos atores de uma certa tecnologia; a indicação do fluxo tecnológico desenvolvido no exterior; a formulação de políticas, tanto setoriais, como de C&T e industrial; a melhoria da capacidade de tomada de decisão, tanto por parte do governo, como das

⁷Fonte: <http://www.inpi.gov.br/menu-esquerdo/patente/pasta_oquee> acesso em 29/05/2008



empresas e das instituições de ciência e tecnologia; e atualização técnica dos recursos humanos envolvidos em atividades de P&D.

Ainda segundo a mesma autora (ARAÚJO, 1984), a patente pode ser considerada um instrumento através do qual o conhecimento tecnológico assume o papel de um bem econômico, apresentando três funções básicas: do ponto de vista técnico, ou seja, o estado da técnica; no plano legal ou direito de propriedade (jurídico) e sob o ângulo econômico. Atualmente, pode-se incluir mais uma, a política, já que a patente vem sendo utilizada na formulação de políticas públicas, como também vem sendo objeto de disputa política entre países, com o objetivo de proteger seus bens naturais, culturais e sua capacidade econômica (MAZOCCO, 2009). Opta-se pelo uso de dimensões no lugar de funções em razão da abrangência e complexidade da questão. Todos esses fatores, incluindo os requisitos e as dimensões, indicam a patente como uma importante fonte de notícia para os meios noticiosos.

Barbosa (1999) denomina esses como “requisitos da esfera de produção”, porém ele cita um quarto requisito necessário para a concessão do privilégio da patente, porém não presente na legislação brasileira: o de divulgação social. Para o autor, a divulgação pública das informações de uma invenção deve ser entendida como um requisito social, por isso diferente dos outros requisitos considerados técnicos. Para ele, esse requisito “é um dos fundamentos que conforma a razão de ser social do sistema de patentes” e sua importância é ainda mais destacada quando comparada às demais. Em última instância são os requisitos de novidade, de aplicação industrial e de atividade inventiva a própria patente, em outras palavras, os direitos protegidos. Entretanto, é a divulgação pública da descrição do invento que eleva socialmente o nível do estado das artes úteis.

Os três requisitos são suficientes para indicar que a patente se enquadra como fonte de material jornalístico nos meios de comunicação, principalmente quando se trata do fator novidade, essencial para o jornalista na construção de notícias.

Valor-notícia

Quando se refere a taxas de crescimento e diferenciação interna, cada vez mais fatores organizacionais influenciam a construção da notícia. Segundo Sousa (2003), as decisões sofrem influência de fatores internos e externos, como a formação do profissional, o índice de audiência e, conseqüentemente, o mercado, os interesses políticos e econômicos dos acionistas e a concorrência, sendo que cada um tem peso



diferenciado no processo de seleção. A confiança da informação científica compete com o nível de difusão do veículo (audiência). Os critérios de validação das ciências não são substituídos, mas são suplementados por outros (MAZOCCO, 2009).

Mas o que é notícia? Sousa (2003) afirma que para o jornalista a definição do que é ou não é notícia aparentemente não é tão complicada. A complicação está na tarefa de decidir o que vai ser exibido no telejornal ou publicado em um jornal ou revista ou veiculado em uma rádio. Uma conclusão que se tem nos estudos sobre os conteúdos dos meios noticiosos é a de que as notícias apresentam um padrão estável e previsível. Para Traquina (2005), essa previsibilidade do esquema geral das notícias se deve à existência de critérios de noticiabilidade, ou seja, valores-notícia. Assim, o autor conceitua noticiabilidade como “o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia”. Ainda para ele, os critérios de noticiabilidade estão relacionados ao conjunto de valores-notícia que determina se um acontecimento, ou mesmo se um assunto está apto a se tornar notícia. Para o autor os valores-notícia são um elemento básico da cultura jornalística que os membros desta comunidade interpretativa partilham. Servem de “óculos” para ver o mundo e para construí-lo. Para Wolf (2006) esses valores constituem a resposta à pergunta seguinte: quais os acontecimentos que são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícias? Segundo o autor, os valores-notícia são critérios de relevância espalhados ao longo do processo de produção, não estando apenas presentes na seleção das notícias, mas também nas operações posteriores, porém com relevo diferente. Dois valores-notícia citados por Traquina (2005) são a relevância, que responde à preocupação de informar o público dos acontecimentos que são importantes porque têm um impacto sobre a vida das pessoas; e a novidade. Ambos podem classificar a patente como assunto passível de se tornar notícia.

No caso da relação patente e mídia, um estudo desenvolvido por Mazocco (2009) indicou que a patente tem forte potencial para ser utilizado como fonte de informação para os meios noticiosos. Entretanto, a mídia econômica, por meio dos veículos analisados no estudo, no caso os jornais Valor Econômico e Gazeta Mercantil, demonstrou que não vem explorando em suas notícias a patente em toda a sua potencialidade, seja qual for a sua dimensão, priorizando alguns aspectos em detrimento a outros, em alguns casos de tal forma que o assunto seja tratado de forma descontextualizada, fragmentada e até mesmo equivocada. Sendo assim, faz-se



importante a análise da divulgação da patente pela grande imprensa não especializada visando não só comparar o tratamento dado por este tipo de mídia em comparação à especializada na área econômica.

O presente artigo tem como principal objetivo analisar e contribuir para os estudos na área de Comunicação, com ênfase em Jornalismo, bem como englobando outras áreas fins. O seu objeto principal é o estudo da patente como fonte de informação jornalística na grande mídia impressa do estado de São Paulo.

Nesse escopo, serão buscados alguns objetivos específicos como identificar as editorias e tipos de matérias que tratam da patente; avaliar universidades e institutos de pesquisa, cientistas, pesquisadores e empresas citadas nas matérias, identificando assim as fontes utilizadas pelos jornalistas na construção da reportagem; utilizar os valores-notícia (noticiabilidade) para análise da patente como notícia; analisar o enquadramento majoritário das notícias em relação às patentes considerando suas dimensões econômica, jurídica, política e técnico-científica, bem como o foco central da discussão; indicar aspectos relevantes como elementos explicativos dentro da notícia, atores mencionados e o assunto principal e analisar as matérias de ciência e tecnologia dos jornais para relacioná-las com as matérias que tratam de patente.

Com esse estudo pretende-se obter alguns resultados, como a avaliação, por parte dos veículos consultados, da utilização de patentes na construção de material jornalístico, ou seja, se há um entendimento por parte desses veículos da patente como uma importante fonte de informação; analisar a “visão” dos veículos de comunicação sobre a patente como fonte de informação jornalística.

Esses objetivos devem contribuir para uma análise mais aprofundada e pouco explorada no âmbito acadêmico que é o uso do documento de patente como fonte de informação jornalística.

Metodologia

Em uma primeira etapa foi feito um levantamento bibliográfico do tema proposto. Para Cervo e Bervian (1996), a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema partindo de referências teóricas já publicadas em documentos. Segundo Gil, (1991), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.



Foram utilizados como material de coleta dois jornais do estado de São Paulo, o *Folha de S. Paulo* e o *Estado de São Paulo*, por um período de dois meses, do dia 12 de novembro de 2012 ao dia 12 de janeiro de 2013. Ou seja, foram 62 edições da *Folha de S. Paulo* e 62 edições do *Estado de São Paulo*. A escolha desses veículos levou em consideração o alto número de exemplares e a importância dos mesmos entre os veículos de comunicação do tipo impresso, não só no estado de São Paulo como em todo o país. Os dois jornais escolhidos figuram entre os veículos impressos de maior circulação no país⁸. Dados da Associação Nacional de Jornais (ANJ) apontam que no ano de 2011 a *Folha* teve a segunda maior circulação de jornais pagos no país, com circulação média de 286.398 exemplares. Em quarto lugar aparece o *Estado*, com circulação média de 263.046 exemplares.

A pesquisa levou em consideração todas as editorias, tendo como intuito analisar todo o material que traz em seu conteúdo “patente” ou suas variantes (patenteável, patenteabilidade etc). Foram consideradas todas as notícias presentes nos veículos, seja em forma de reportagens, notas, entrevistas, artigos, cartas e box.

Foram selecionadas também as matérias que continham a palavra inovação e suas variantes, direitos autorais e variantes e Ciência e Tecnologia (C&T); porém a análise de conteúdo foi aplicada apenas no material que continha o termo patente.

Para a avaliação propriamente dita foi utilizada como metodologia a Análise de Conteúdo (AC). Bardin (2006) define como sendo um conjunto de técnicas de análise com dois objetivos básicos: a superação da incerteza e o enriquecimento da leitura.

De acordo com Fonseca Junior (2006), a AC se organiza em três fases cronológicas: a pré-análise, que consiste no planejamento do trabalho objetivando sistematizar as ideias iniciais com o desenvolvimento de operações sucessivas; a exploração de material refere-se à análise propriamente dita, envolvendo operações de codificação com regras já estipuladas; e tratamento dos resultados obtidos, em que os resultados são tratados de maneira a serem válidos e significativos.

A primeira atividade de análise de conteúdo proposta, inserida na fase de “pré-análise”, é a leitura flutuante, ou como o Fonseca Junior (2006) descreve, o contato com os documentos a serem analisados, tirando a partir daí impressões e orientações. Essa atividade leva à escolha do tema e do referencial teórico, passando pela formulação/reformulação do problema, dos objetivos e das hipóteses.

⁸ Fonte: <http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>. Acessado em 05/02/2013

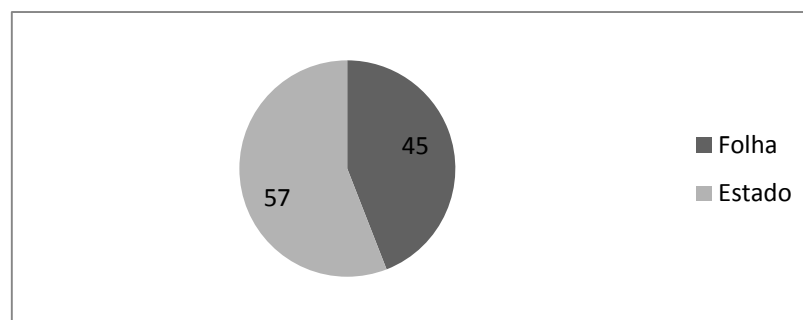
Ainda segundo Fonseca Junior. (2006), o próximo passo, ainda na fase de “pré-análise” é a definição do conjunto de documentos, que pode ser definida tanto pela regra da exaustividade, quando se considera todos os documentos dentro de um período estabelecido; ou pela regra da representatividade, quando se opta por amostras, seguindo determinados padrões. Em seguida vem o processo de codificação, como parte da segunda fase, cuja principal função é servir de elo entre material escolhido para a análise e a teoria do pesquisador. Esse processo compreende três fases:

- a) o recorte, isto é, as unidades de registro e de contexto.
- b) a enumeração, que se refere ao modo de quantificação das unidades de registro que levarão ao estabelecimento de índices.
- c) a codificação propriamente dita, momento em que o codificador coloca seu julgamento para cada código na célula designada, presente em uma folha de codificação. Para o presente artigo foi utilizada uma folha de codificação.

Análises e resultados

Dos jornais analisados no período de dois meses, 102 matérias citam algum dos termos explicitados acima. De maneira geral, a *Folha* tratou de assuntos relacionados à C&T em 45 textos durante o período, enquanto o *Estado* trouxe 57 matérias relacionadas ao tema. O gráfico seguinte ilustra a diferença.

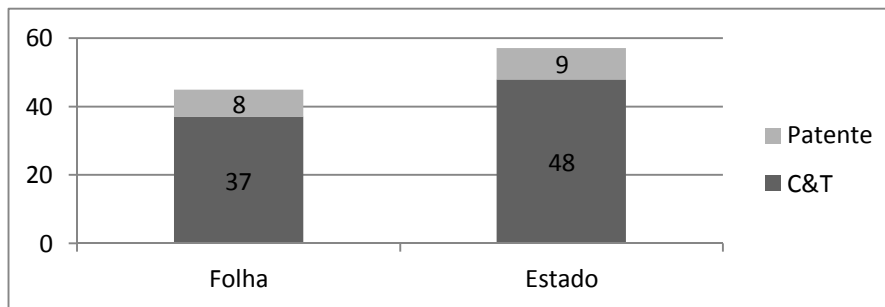
Gráfico 1 - Total de notícias relacionadas à C&T



Fonte: elaboração dos autores

Das notícias relacionadas à C&T, 17 tratam do termo patente e suas variáveis, deste total, oito foram encontradas na *Folha* e nove no *Estado*, o gráfico seguinte mostra a comparação entre as matérias que tratam de termos relacionados à C&T e as que tratam de patentes.

Gráfico 2 – Comparação entre número de notícias relacionadas à C&T e patentes



Fonte: elaboração dos autores

De todas as 17 matérias que tratavam de patentes, ou seja, nove no *Estado* e oito na *Folha*, apenas uma apresentava chamada na capa, no jornal *Estado*, que se tratava de uma matéria especial cujo assunto principal era a vida sem patentes e era a principal matéria de um caderno especial semanal que trata apenas de tecnologia.

Para a análise foi usado um formulário de codificação para classificar as notícias por gênero, origem, tal qual como para determinar o foco central da discussão nos textos.

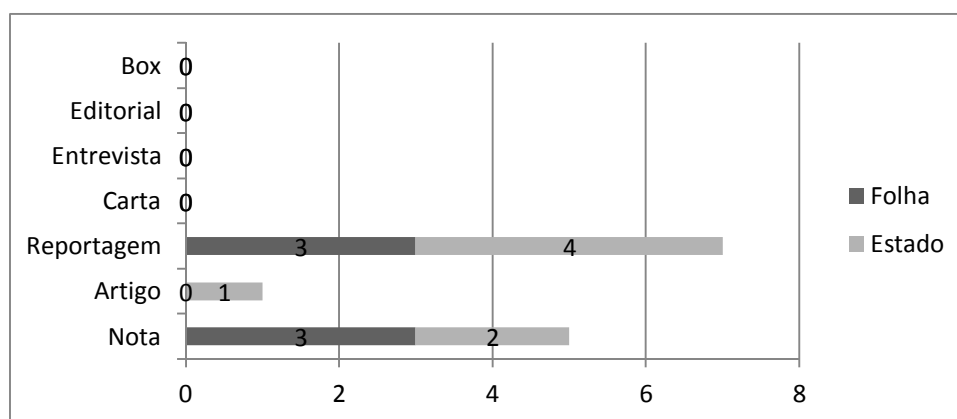
No momento da análise foram desconsideradas quatro notícias, duas do *Estado* e duas da *Folha*, por não terem elementos textuais suficientes para aplicar a AC. A primeira matéria desconsiderada foi do jornal *Estado*, do dia 31 de dezembro de 2012, em que a palavra patente aparece apenas em uma figura que ilustra a edição especial que tratava da vida sem patentes, a mesma citada anteriormente. A matéria é uma retrospectiva de 2012 que traz todas as capas do caderno semanal “Link”, que é veiculado toda segunda-feira com notícias sobre tecnologia. No dia 7 de janeiro de 2013, uma matéria da *Folha* e outra do *Estado* foram desconsideradas. Na *Folha* por se tratar de uma nota de falecimento e no *Estado* por fazer parte dos quadrinhos. E a última matéria que não pôde ser analisada foi do jornal *Estado*, uma reportagem que trata da invenção da água de colônia, porém só traz a palavra patente como texto explicativo e não no corpo da matéria, impossibilitando sua análise. Logo, foi possível analisar seis notícias da *Folha* e sete do *Estado*, num total de 13 matérias em todo o período de dois meses.

O formulário de codificação foi aplicado buscando classificar as notícias segundo o gênero (nota, artigo, reportagem, carta, entrevista, editorial ou box), segundo sua origem (redação, agência nacional, agência internacional, articulista ou leitor),

analisando qual o enquadramento majoritário nas notícias e qual o foco central da discussão das patentes nas notícias.

Aplicado o formulário de codificação foi possível obter os seguintes resultados: entre os tipos de texto citados, cinco notícias sobre patentes foram classificadas como nota, apenas uma como artigo, e sete como reportagem, sendo que a *Folha* teve três notícias classificadas como notas e três como reportagem; o *Estado* teve duas notas, um artigo e quatro reportagens no período tratando do assunto patente. O gráfico ilustra os gêneros que foram mais utilizados para tratar de patente.

Gráfico 3 – Total de notícias relacionadas à patente separadas por gênero

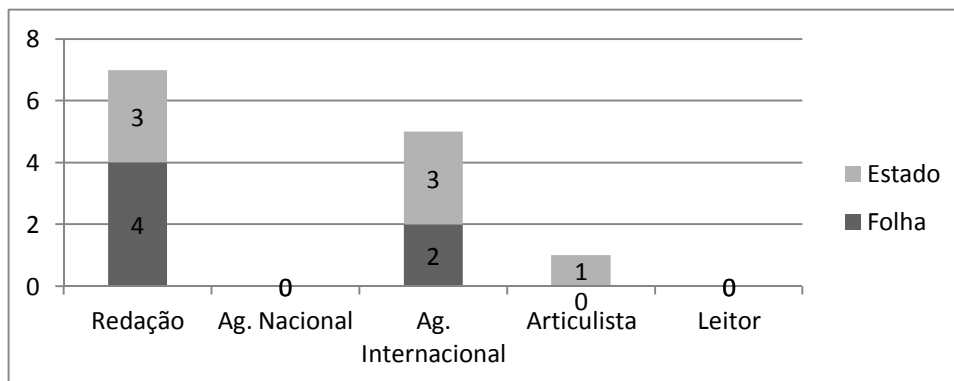


Fonte: elaboração dos autores

Pode-se reparar que as notícias sobre patentes mantiveram-se concentradas entre os gêneros reportagem, artigo e nota, sendo que a *Folha* teve apenas notícias de dois gêneros em suas matérias que tratavam de patentes, nota e reportagem.

Sobre a origem das notícias que trazem patente em seu conteúdo, do total de 13 notícias, sete foram escritas por integrantes da redação dos jornais, cinco foram escritas por agências de notícias internacionais e uma escrita por articulista. Na *Folha* quatro notícias foram escritas por integrantes da redação e duas por agência internacional e o *Estado* teve três notícias produzidas pela redação, três produzidas por agência internacional e uma por articulista. Os outros gêneros não mostram nenhuma inserção, como se pode notar no gráfico seguinte.

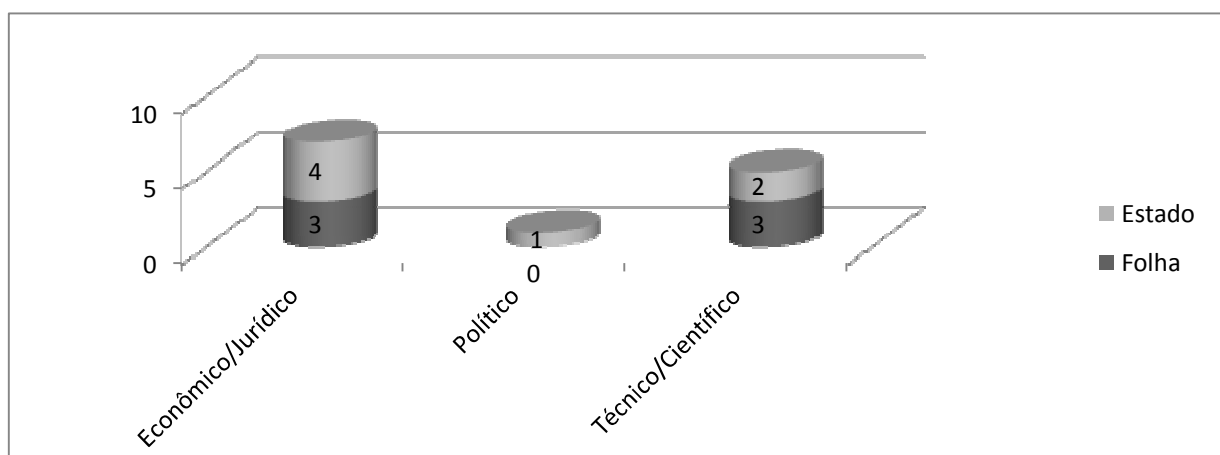
Gráfico 4 – Total de notícias relacionadas à patente por origem



Fonte: elaboração dos autores

Após a codificação das notícias foi feita a análise de texto, buscando encontrar o enquadramento majoritário nas notícias (econômico/jurídico, político, técnico/científico) e o foco central da discussão das patentes nas notícias (econômico/jurídico, político, técnico/científico). Os resultados apontaram que sete notícias tiveram seu enquadramento majoritário classificado como econômico/jurídico, uma como político e cinco como técnico/científico. Na *Folha* três notícias foram classificadas como tendo enquadramento majoritário econômico/jurídico e três como técnico/científico. O *Estado* teve quatro classificadas com enquadramento econômico/jurídico, uma como político e duas como técnico/científico, como mostra o gráfico a seguir.

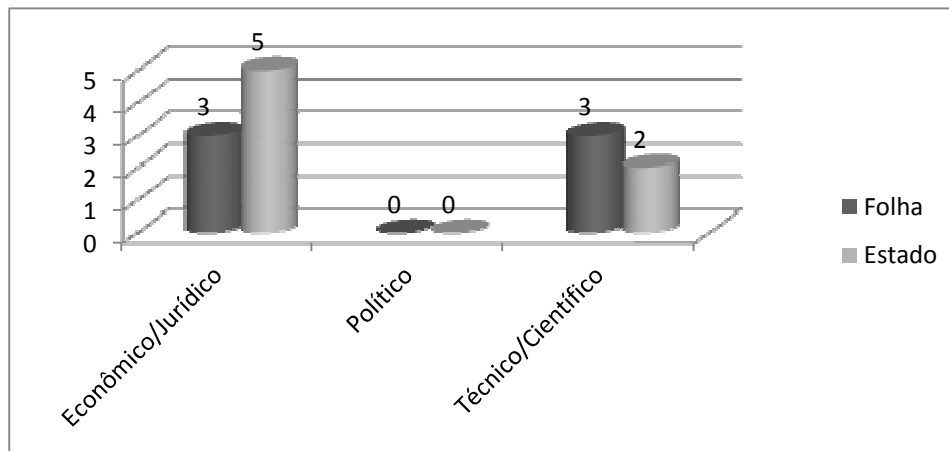
Gráfico 5 – Enquadramento majoritário nas notícias



Fonte: elaboração dos autores

Já sobre o foco central da discussão das patentes nas notícias, houve oito notícias nas quais o foco central foi classificado como econômico/jurídico, nenhuma notícia classificada com foco central político e cinco notícias classificadas com foco central da discussão de patentes como técnico/científico. A *Folha* apresentou três matérias classificadas com foco econômico/jurídico e três como técnico/científico, já o *Estado* apresentou cinco notícias classificadas com foco central econômico/jurídico e duas classificadas com foco técnico/científico, como ilustra o gráfico a seguir.

Gráfico 6 – Foco central da discussão das patentes nas notícias



Fonte: elaboração dos autores

Como se pode notar, nem sempre a classificação se repete nas mesmas categorias, pois há matérias em que o enquadramento nas notícias pode ser classificado de uma maneira, mas na classificação do foco central da discussão as matérias podem ser classificadas de outra maneira. A *Folha* se manteve estável nas duas análises, ou seja, teve a mesma classificação em ambas as categorias, já o *Estado* apresentou mudança de um enquadramento majoritário classificado como político e foco central na discussão das patentes como econômico/jurídico.

Considerações Finais

Neste momento, procurou-se mostrar como o assunto patente vem sendo tratado pela mídia impressa do estado de São Paulo, tendo como objetos os jornais *Folha de S.Paulo* e o *Estado de S.Paulo*. Os dados obtidos puderam ilustrar a relevância do tema em dois dos maiores jornais do país. De maneira geral, no período de dois meses foi



indicada pouca relevância dada ao tema em ambos os jornais, pois de 124 jornais lidos, sendo 62 edições da *Folha* e 62 do *Estado* entre os dias 12 de novembro de 2012 e 12 de janeiro de 2013, apenas 17 notícias tratavam do assunto, sendo que puderam ser analisadas apenas 13, pois as demais não continham elementos textuais suficientes para a análise do texto.

Na análise, o jornal *Estado de São Paulo* trata mais de assuntos relacionados à C&T do que a *Folha de S. Paulo*: 57 notícias tratavam de C&T no *Estado*, diante de 45 veiculadas pela *Folha*. A diferença permanece no tratamento dado às notícias relacionadas a patentes. O *Estado* tratou do assunto patente em nove notícias, enquanto a *Folha* falou do assunto em oito. Também foi possível reparar que o *Estado* trata do assunto com maior número de tipos de texto do que a *Folha*, que apenas fala do assunto em reportagens e notas. Sobre a origem das notícias, o *Estado* também traz maior diversidade em relação à *Folha*, que traz matérias relacionadas à patente da redação e de agências internacionais.

Sobre o enquadramento das notícias, percebe-se um equilíbrio da *Folha* em relação às dimensões em que foram classificadas as notícias, três com enquadramento econômico/jurídico e três como técnico/científico, porém nenhuma notícia apresentou enquadramento político. O *Estado* concentrou a maioria de suas notícias com enquadramento econômico/jurídico, com quatro notícias classificadas como tal, tratando o tema patente mais com dimensão econômica do que científica. No jornal aparece ainda uma notícia com enquadramento político, diferente da *Folha* que não apresentou nenhum. A dimensão técnico/científica apresentou duas notícias classificadas, metade do que foi classificado na dimensão econômico/jurídica.

Os dois jornais não apresentaram nenhuma notícia na qual o foco central da discussão das patentes fosse político e a *Folha* manteve-se estável com três notícias com foco central classificado como econômico/jurídico e três como técnico/científico. O *Estado* mais uma vez concentrou o foco central da discussão como econômico/jurídico, com cinco notícias classificadas desta maneira e apenas duas com foco central da discussão das patentes técnico/científico.

Pela abrangência de temas tratados em ambos os jornais e pela relevância destes no cenário nacional, nota-se que os dois não dão a devida atenção à patente, que tem grande potencial para se tornar notícia e pela importância do tema para o interesse público da população. Entre 124 edições de dois dos jornais de maior circulação no país apenas 13 notícias trataram da patente de forma relevante. Os meios de comunicação



não estão dando a devida importância a esta maneira de conhecimento tão essencial à ciência, à tecnologia e à sociedade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, V.M.R.H. A patente como ferramenta de informação. **Ciência da Informação**, v.10, n. 2, 1981.

_____. Uso da informação contida em patentes nos países em desenvolvimento. **Ciência da Informação**, v. 13, n. 1, 1984.

BARBOSA, A.L.F. **Sobre a propriedade do trabalho intelectual: uma perspectiva crítica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BORGES, M.E.N. A informação como recurso gerencial das organizações na sociedade do conhecimento. **Ciência da Informação**, v.24, n.2, p. 181-188, 1995.

BRASIL (1996). Lei nº 9.279 – Leis da Propriedade Industrial, de 14 de maio de 1996. Regula os direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.

CASCAIS, A.F. Divulgação Científica: A Mitologia dos Resultados. In: SOUSA, C.M.; MARQUES, N.P.; SILVEIRA, T.S. **A comunicação pública da ciência**. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2003.

CERVO, L. A.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996

CORRÊA, F.C; GOMES, S.L.R. A patente na universidade: sigilo, transparência e direito à informação. In: VII ENANCIB – ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO, Salvador, Bahia, Brasil, outubro de 2007.

DAGNINO, R. As trajetórias sobre os estudos da ciência, tecnologia e sociedade e da política científica e tecnológica na Ibero-América. **Alexandria Revista de Educação em Ciência e Tecnologia**, v.1, n.2, julho de 2008. Disponível em: <http://www.ppgect.ufsc.br/alexandriarevista/numero_2/artigos/renato.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2009.

DIAS, M.M.K e BELLUZZO, R.C.B. **Gestão da Informação em Ciência e Tecnologia sob a ótica do cliente**. Coleção Plural. Bauru: EDUSC, 2003.

FONSECA JR., W.C. Análise de conteúdo. In: DUARTE, J.; BARROS, A. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FOSKE, D.J. Informática. In: Gomes, H.E. (orientador). **Ciência da informação ou informática?** Rio de Janeiro: Calunga, 1980.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

KNELLER, G.F. **A ciência como atividade humana**. Rio de Janeiro: Zahar/EDUSP, 1980.



LASTRES, H.M.M. Redes de inovação e as tendências internacionais da nova estratégia competitiva industrial. **Ciência da Informação**, v.24, n.1, p.126-132, 1995.

MARQUES, F. Sistema Imaturo – universidades brasileiras ocupam espaço que deveria pertencer às empresas em ranking e patentes. **Revista Pesquisa Fapesp**. Edição impressa 123, maio de 2006. Disponível em: <<http://www.revistapesquisa.fapesp.br/?art=2952&bd=1&pg=1&lg=>>>. Acesso em: 10 dez. 2008.

MAZOCCO, F.J. **A midiatização das patentes sob o olhar CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade)**. São Carlos: UFSCar, 2009. 154 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

MORAES, D. O capital da mídia na lógica da Globalização. In: MORAES, D. (org.) **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

NUÑEZ JOVER, J. Ética: ciência y tecnología: sobre la función social de la tecnociencia. In: ACEVEDO PINEDA, E. B.; NUÑEZ JOVER, J. (orgs.) **Apreciación social de la ciencia em La periferia**. Colômbia/Cuba: COLCIENCIAS/OEI. p.284-335. Disponível em: <<http://www.oei.es/salactsi/acevedonunez.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2007.

OLIVEIRA, F. **Jornalismo Científico**. Coleção comunicação. São Paulo: Contexto, 2002.

OECD. **Frascati Manual**: proposed standard practice for surveys on research and experimental development. Paris, OECD, 2002. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/upd_blob/0006/6562.pdf>. Acesso em 06 nov. 2007.

SANZ, J.A.M. Realidad, tecnociencia y participación. Notas sobre El alcance ontológico de la participación pública em política tecnocientífica. **Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad**, n. 10, v. 4, Janeiro de 2008. Disponível em: <<http://www.revistacts.net/4/10/008>>. Acesso em: 12 jul. 2008.

PERERIRA, A; SERRA, I. ;PEIRIÇO, N.M. Valor da ciência na divulgação científica. In: SOUSA, C.M.; MARQUES, N.P.; SILVEIRA, T.S. **A comunicação pública da ciência**. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2003

SOUSA, C.M. Quando a ciência é notícia na televisão. In: SOUSA, C.M.; MARQUES, N.P.; SILVEIRA, T.S. **A comunicação pública da ciência**. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2003.